

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 17 de janeiro de 2014

Assunto: Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, Castanheira Nunes.

No final do mês de dezembro do ano transato, o Bloco de Esquerda denunciou a intenção da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) de encerrar o Serviço de Atendimento de Situações Urgentes (SASU). Ao longo dos últimos anos, este serviço tem funcionado na cidade, permitindo o atendimento de situações urgentes de doença aguda fora do horário de funcionamento dos centros de saúde, quer aos dias úteis quer aos feriados e fins de semana, evitando assim que milhares de utentes sobrecarreguem as urgências hospitalares da cidade. É um serviço de grande utilidade e reconhecimento público.

Sem que se percebam os motivos subjacentes a esta decisão, a ARSN decidiu encerrar o SASU e substituir o seu funcionamento pelo prolongamento do horário de dois serviços de atendimento complementar, a funcionar na Unidade de Saúde Familiar do Covelo (zona ocidental) e no Centro de Saúde da Carvalhosa (zona oriental). No entanto, este atendimento complementar apresenta uma redução significativa face ao horário de atendimento do SASU.

O SASU funcionava entre as 20h00 e as 24h00 nos dias úteis e entre as 09h00 e as 23h00 aos fins de semana e feriados. No dia 1 de janeiro de 2014 entraram em funcionamento os serviços de atendimento complementar que apresentam uma significativa redução horária face ao que era praticado no SASU. Assim a Unidade de Saúde Familiar do Covelo tem atendimento entre as 20h00 e as 22h00 nos dias úteis e entre as 09h00 e as 16h00 nos fins de semana e feriados, enquanto no Centro de Saúde da Carvalhosa o atendimento nos dias úteis é efetuado entre as 20h00 e as 22h45 e aos fins de semana e feriados entre as 09h00 e as 16h45.

Esta situação motivou não só grande descontentamento por parte dos utentes como originou confusão e entupimento das urgências noturnas da cidade. Perante a evidência desta má decisão, a ARNS resolveu intervir, mas não cabalmente: esta semana a ARSN decidiu alargar tibiamente o horário de atendimento dos serviços de atendimento complementar, passando estes a funcionar entre as 20h00 e as 23h00 nos dias úteis e entre as 09h00 e as 17h00 aos fins de semana.

Esta pequena correção no horário de atendimento revela-se no entanto inferior ao horário de atendimento que era disponibilizado no SASU e dificilmente será suficiente para dar resposta a todas as pessoas com ocorrências de doença aguda que necessitam deste serviço de proximidade. A não disponibilização de atendimento de proximidade levará à confusão que já se tem feito sentir bem como ao encaminhamento, em muitos casos desnecessário, de utentes para as urgências hospitalares apenas por falta de resposta nos cuidados de proximidade.

O encerramento do SASU tem outras implicações para os utentes além da redução de horário uma vez que as equipas médicas foram também reduzidas. O SASU contava com seis médicos enquanto o Centro de Saúde da Carvalhosa conta com dois médicos e a Unidade de Saúde Familiar do Covelo tem três clínicos. Ou seja, além da redução de horário, há menos um médico a assegurar o atendimento.

Acresce ainda que, de acordo com as recomendações da Ordem dos Médicos, um clínico deverá atender 4 a 5 doentes numa hora. Se se pretender cumprir esta recomendação, que assegura a qualidade do atendimento e dos serviços prestados aos utentes, constata-se que, nos dias úteis, os dois médicos do Centro de Saúde da Carvalhosa irão atender cerca de 30 pessoas por noite enquanto os três médicos da Unidade de Saúde Familiar do Covelo poderão atender cerca de 45 pessoas.

De acordo com o Regulamento Interno do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Porto Oriental, ao qual o Bloco de Esquerda teve acesso, as inscrições para consulta no serviço de atendimento urgente são efetuadas por ordem de chegada, mediante senha. Refere-se que “o fluxo de utentes deve ser continuamente monitorizado, de forma a não ultrapassar o horário de funcionamento” acrescentando que “esgotada a capacidade os utentes devem ser adequadamente encaminhados de acordo com a sua situação clínica”. A gestão deste processo fica a cargo do secretário clínico, algo que é, no mínimo, insólito pois a triagem relativa ao estado clínico do utente deveria ser efetuada por um profissional habilitado para o efeito.

Constata-se assim que as pessoas que chegarem ao serviço de atendimento permanente às 21h30, por exemplo, dificilmente conseguirão vaga para serem atendidas, sendo então empurradas para os serviços de urgência hospitalar, onde vão pagar o quádruplo de taxa moderadora do que pagariam nos cuidados primários, onde provavelmente serão triadas como casos não urgentes e portanto terão que aguardar bastante tempo para serem atendidas, contribuindo desnecessariamente para a sobrecarga das urgências hospitalares.

A não disponibilização de atendimento urgente de proximidade no serviço público de saúde, adequada às necessidades das pessoas, contribuiu para a degradação dos serviços prestados, para a sobrecarga dos serviços hospitalares e fomenta desigualdades no acesso uma vez que, quem tem possibilidade para tal, é empurrado para o recurso aos serviços de saúde privados existentes na cidade, alguns deles na proximidade dos serviços de atendimento urgente.

O SASU, que funcionava em instalações criadas de raiz para o efeito, dispunha da possibilidade de efetuar análises clínicas sumárias, aerosolterapia, ECG, bem como pequenas cirurgias. Existia também um carro de emergência médica e uma articulação próxima com o INEM. Desconhece-se se e como vão continuar a ser disponibilizados estes serviços aos utentes nos serviços agora criados.

Desconhece-se igualmente quais os benefícios para a população, para os profissionais bem como para a qualidade dos serviços de saúde prestados desta decisão de encerramento do SASU.

Perante o exposto, o Bloco de Esquerda considera fundamental que o Presidente da ARSN seja ouvido na Comissão Parlamentar de Saúde, de modo a esclarecer os propósitos desta decisão, bem como quais os fundamentos que a motivam. O acesso dos utentes aos serviços de saúde de proximidade é uma medida fundamental, que era cumprida pelo SASU, em funcionamento há anos na cidade do Porto. Não se percebe esta decisão que a todos prejudica.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, Castanheira Nunes.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

João Semedo e Helena Pinto